

SUBMETIDO 30/05/2022

APROVADO 03/08/2022

PUBLICADO ON-LINE 13/08/2022

PUBLICADO 10/04/2024

EDITORA ASSOCIADA

Gilmara Teixeira Barcelos Peixoto

DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2022id6955>

ARTIGO ORIGINAL

## “Dá pro gasto!” Um produto educacional sobre educação financeira para discentes beneficiários da assistência estudantil

 Jessyca Mayara Nunes dos Santos <sup>[1]\*</sup>

 Emmanuelle Arnaud Almeida <sup>[2]</sup>

[1] [jsk\\_enf@live.com](mailto:jsk_enf@live.com)

[2] [emmanuelle.almeida@ifpb.edu.br](mailto:emmanuelle.almeida@ifpb.edu.br)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB),  
Campus João Pessoa, Brasil

**RESUMO:** A Política de Assistência Estudantil atua na tentativa de reduzir as desigualdades sociais existentes na sociedade e que incidem no contexto educativo. Entre os diversos programas ofertados pela política, há aqueles nos quais ocorre a transferência de ajudas de custo aos discentes, porém, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), isso ocorre de forma desvinculada de uma instrução sobre finanças pessoais. Objetiva-se, então, apresentar o processo de desenvolvimento do produto educacional “Dá pro gasto!”, evidenciando a importância da educação financeira para estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio beneficiários da assistência estudantil. Para tal, procedeu-se à análise de relatos das experiências de discentes egressos e assistentes sociais do IFPB – Campus Campina Grande. O presente artigo possui caráter quantitativo, classificação aplicada e cunho exploratório. A partir da análise dos dados, pôde-se inferir que a Educação Financeira vai ao encontro dos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica, almejando instigar no discente a autonomia, a criticidade, a responsabilidade, preparando-o para o exercício da cidadania. Nesse contexto, o produto educacional desenvolvido torna-se rico para o processo de ensino-aprendizagem ao favorecer o desenvolvimento de novas atitudes financeiras em seus leitores.

**Palavras-chave:** educação financeira; educação profissional; PNAES.

## “Dá pro gasto!” An educational product on financial education for students benefiting from student assistance

**ABSTRACT:** The Student Assistance Policy works in an attempt to reduce existing social inequalities in society and which affect the educational context. Among

\*Autor para correspondência.

*the various programs offered by the policy, there are those that transfer to the student financial aid, however, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB), this occurs in a way disconnected from instruction on personal finance. The objective of this paper is to present the process of development of the educational product "Dá pro gasto!", highlighting the importance of financial education for students of Integrated High School, beneficiaries of Student Assistance. To this end, we proceeded to an analysis of reports of the experiences of former students and Social Workers of the IFPB – Campina Grande campus. This article has a quanti-qualitative bias, applied classification and exploratory nature. From the analysis of the data, it was possible to infer that the exercise of Financial Education meets the standards of Professional and Technological Education aiming to instill in the student autonomy, criticality, responsibility, preparing him for the exercise of citizenship. In this context, the developed product becomes rich for the context teaching-learning process by favoring the development of new financial attitudes by its readers.*

.....  
**Keywords:** *financial education; PNAES; professional education.*  
.....

## 1 Introdução

A educação financeira (EF) pode ser compreendida como prática social ao possuir um potencial para modificar a realidade na qual o indivíduo está inserido, contribuindo, assim, para a sua emancipação socioeconômica (Campos, 2013).

Para Minella *et al.* (2017), os jovens deparam-se com diversas possibilidades de compra, havendo um impacto da mídia, que reforça e influencia o consumismo exacerbado, sem mencionar o fato de que muitos não atribuem um significado real ao dinheiro, tornando-se potenciais endividados no futuro.

A população de baixa renda é a parcela da população que mais sofre diante desse cenário, dado que já enfrentam incontáveis dificuldades financeiras para atender às suas necessidades mais básicas. De acordo com Gans *et al.* (2016), a esses indivíduos, em especial aos mais jovens, é fundamental a apresentação de conceitos de educação financeira, a partir dos quais, com as orientações necessárias, eles possam tornar-se mais conscientes das oportunidades e riscos, de modo a tomar decisões assertivas e sustentáveis que irão repercutir no seu próprio bem-estar e em toda a sociedade.

Essa urgência da educação financeira nos espaços escolares – e, conseqüentemente, nas vidas das pessoas – torna tal questão relevante, sobretudo no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visto que o ensinamento de finanças almeja desenvolver no discente, entre outros fatores, a autonomia e a criticidade, pressupostos esses presentes na EPT, ao buscar uma formação humana integral (Pacheco, 2015).

Nesse contexto, concorda-se com a visão de Batista (2019), o qual compreende que a educação financeira pode (e deve) ser trabalhada como prática pedagógica integradora no contexto do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, dado que possibilita a construção de uma autonomia dos sujeitos, contribuindo para a formação dos cidadãos e podendo, ainda, possibilitar conhecimentos importantes para o campo da educação profissional. No âmbito do IFPB, esses discentes podem ter que lidar com a administração direta do dinheiro advindo da Assistência Estudantil, fato esse que acentua a urgência de tais ensinamentos nessa etapa estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído a partir de 2008 nas universidades e Institutos Federais, foi criado objetivando oferecer melhores condições de permanência para alunos de classes sociais menos favorecidas, de modo a democratizar o acesso à educação. A criação do PNAES baseia-se, principalmente, no art. 206 da Constituição Federal de 1988, no qual se busca garantir o direito constitucional de acesso e permanência na educação, a fim de combater a desigualdade no âmbito educacional (Brasil, 1988). Sendo assim, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o programa, determina que esse tenha como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010).

Quanto às suas ações, há aquelas que preveem a transferência de recursos financeiros diretamente ao discente, compreendendo ajudas de custo para auxiliá-lo a arcar com as despesas de sua escolarização. Apesar de a maioria desses adolescentes terem o primeiro contato com o próprio dinheiro nesse momento, depreende-se, através de pesquisas e levantamentos realizados no campo acadêmico, que a educação financeira dispensada a esses jovens ainda é tímida, mesmo após conquistas da área com a orientação de inclusão de temas contemporâneos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018a). Essa deficiência pode gerar dificuldades em administrar os recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil que, embora poucos (se comparados ao salário mínimo vigente, por exemplo), visam contribuir no orçamento para possibilitar a permanência de jovens de baixa renda em sala de aula.

Com o objetivo de apresentar o processo de desenvolvimento do produto educacional “Dá pro gasto!”, evidenciando, ainda, a importância da educação financeira para estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio beneficiários de Assistência Estudantil, este estudo volta-se para os jovens situados em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que, para sua permanência estudantil, necessitam de ações e serviços ofertados pelo Programa de Assistência Estudantil. Discute-se, portanto, a necessidade de uma conscientização sobre a administração dos recursos financeiros próprios, incluindo os provenientes do programa, investigação essa que resultou no desenvolvimento de um produto educacional, um *website* com noções de educação financeira para todos os discentes matriculados no Ensino Médio Integrado, em especial os beneficiários da Assistência Estudantil, buscando contribuir para sua dignidade e autonomia por meio de uma prática educativa transformadora.

Para tanto, o manuscrito é organizado em seções: de início, realiza uma breve contextualização teórica relativa à educação financeira dos jovens (seção 2), seguida da apresentação do percurso metodológico do estudo (seção 3), e, na seção que se segue (seção 4), realiza a demonstração dos resultados da análise das entrevistas feitas com as assistentes sociais e dos questionários aplicados aos discentes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil do Campus Campina Grande, apresentando, ainda, o produto educacional produzido e sua avaliação. Por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

## **2 Educar jovens financeiramente**

Contextos de constantes modificações do cenário econômico geram uma preocupação maior relativa ao gerenciamento do dinheiro pessoal, levando, até de forma involuntária e obrigatória, o brasileiro a economizar e poupar seus recursos financeiros (Luz; Santos; Junger, 2020).

A partir desse contexto, e na defesa da oferta de educação financeira para favorecer a transformação da realidade de jovens em vulnerabilidade socioeconômica, discute-se, nesta seção, a necessidade de ampliar seu olhar frente às próprias finanças, de modo a lhes proporcionar uma base para que tomem boas decisões financeiras.

Luz, Santos e Junger (2020) afirmam que os cidadãos, por não saberem lidar com o dinheiro, enfrentam inúmeras dificuldades, visto que a política do endividamento existente oferta facilitação de créditos, bem como outros meios de incentivo ao consumo, levando o indivíduo a endividar-se. O reflexo disso pode ser observado nos altos índices de inadimplência, demonstrando os autores que, em junho de 2022, de acordo com estudo da Serasa Experian, essa taxa atingiu 41,4%, ou seja, havia 66,8 milhões de pessoas endividadas em todo o país (Serasa Experian, 2022).

Diante deste cenário, percebeu-se a importância da Gestão Financeira na sociedade, na orientação para a tomada de decisão de forma assertiva pelo indivíduo para que este obtenha êxito em seus projetos, sejam eles pessoais, profissionais ou empresariais e, com isso, ajude a economia do país (Luz; Santos; Junger, 2020, p. 201).

Na perspectiva de Minella *et al.* (2017), existem influências sociais para que os jovens sigam a lógica da sociedade de consumo, na qual o consumo tem levado os indivíduos a uma ação voltada à busca de sanar uma necessidade, que frequentemente pode ser falsa. Nesse sentido, muitas pessoas utilizam o ato de consumir como forma de satisfazer vários desejos – às vezes, sem necessidade –, o que pode gerar endividamento. A educação financeira surge, então, para orientar na tomada de decisões, podendo ser compreendida como “o conjunto de informações que auxiliam as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos de curto e longo prazo” (Gans *et al.*, 2016, p. 96).

Maronese (2016), ao concordar com Campos (2013) sobre o reflexo da educação financeira na sociedade em geral, afirma que se pode compreender que ela favorece o bem-estar coletivo, melhorando a compreensão das finanças ao desenvolver uma consciência financeira, colaborando, desse modo, para a qualidade de vida dos indivíduos.

Compreende-se que os jovens se tornam presas fáceis dos setores de consumo, dado que não estão inseridos em uma cultura que valoriza o ensino de práticas de consumo consciente e devido à imaturidade que, por vezes, favorece uma sobreposição dos desejos de consumo momentâneos a um planejamento em longo prazo. A esse grupo da população, faz-se imprescindível uma educação financeira na tentativa de modificar essa realidade, podendo, inclusive, repercutir posteriormente, visto que os jovens com esse novo olhar podem tornar-se potenciais multiplicadores de boas práticas financeiras.

Os alunos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio são jovens que ingressam na instituição por volta de 15 anos de idade. Trata-se de adolescentes, em sua maioria, oriundos de classes menos favorecidas, conforme dados consolidados em relatórios anuais de análise dos indicadores de gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2018b, 2019), e que, historicamente, não possuem uma cultura de educação financeira, oferecida seja no lar, seja na rede pública de ensino. Em referência a esse preocupante cenário, o Banco Central do Brasil (BCB) alerta que

[...] não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema. Nas escolas, pouco ou nada é falado sobre o assunto. [...] Similar problema é encontrado nas famílias, onde não há o hábito de reunir os

membros para discutir e elaborar um orçamento familiar. [...] Enfim, embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos (BCB, 2013, p. 11).

Essa realidade de falta de planejamento financeiro nas famílias brasileiras evidencia a necessidade do desenvolvimento de estratégias de Educação Financeira para a população. O que se pretende com isso é evitar, entre outros fatores, o superendividamento provocado pelo consumismo desenfreado (Campos; Teixeira; Coutinho, 2015).

Defende-se, aqui, de forma mais ampla, uma educação financeira crítica que venha a contribuir para a formação integral do sujeito, de modo a favorecer, ainda que minimamente, a transformação de sua realidade. Concorda-se, pois, com a visão de Batista (2019), a qual compreende que a educação financeira pode (e deve) ser trabalhada como prática pedagógica integradora no contexto do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, visto que possibilita a construção de uma autonomia dos sujeitos, contribuindo para a formação dos cidadãos e podendo possibilitar conhecimentos importantes para o campo da educação profissional.

### **3 Método da pesquisa**

O presente artigo é parte integrante da dissertação intitulada “‘Deu pro gasto?’ Contribuições da Educação Financeira para estudantes beneficiários de Assistência Estudantil”, apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e objetiva apresentar o processo de desenvolvimento do produto educacional “Dá pro gasto!”, evidenciando, ainda, a importância da educação financeira para estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio beneficiários de Assistência Estudantil.

Essa pesquisa possui caráter quantitativo, pois se utilizou a análise qualitativa de conteúdo com base em Minayo (2001) bem como a estatística descritiva na análise e tratamento dos dados coletados de forma quantitativa. Apresenta classificação aplicada, visto que se pretende, a partir dos dados coletados, gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de um problema. A pesquisa intencionou desenvolver e aplicar um produto educacional para determinado grupo (discentes egressos beneficiados pela assistência estudantil), visando, com isso, favorecer a compreensão sobre finanças e o consumo consciente por alunos do ensino integrado atendidos pelos auxílios da assistência estudantil, política que objetiva contribuir para a redução dos índices de evasão e abandono por motivações financeiras. Quanto à tipologia, o estudo possui caráter exploratório, dado que visa realizar uma aproximação inicial com o objeto de estudo, a fim de se obter uma visão mais ampla do fenômeno pesquisado.

As investigações foram realizadas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Campina Grande, sendo o universo delimitado constituído pela comunidade acadêmica envolvida com o Programa de Assistência Estudantil, na modalidade de Auxílio Moradia e Transporte, no referido *campus* do IFPB.

Os participantes da pesquisa dividem-se em dois grupos: assistentes sociais e estudantes egressos beneficiados pela Assistência Estudantil. Procedeu-se à análise de questionário misto, dispensado a 25 discentes egressos que foram beneficiados pela Assistência Estudantil em sua trajetória escolar, bem como de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas assistentes sociais, profissionais que fazem linha de frente na gestão do programa. Tal coleta

de dados foi realizada de forma remota no período de junho de 2020 a abril de 2021, com o auxílio de formulário eletrônico e videochamadas, respectivamente.

No questionário dispensado aos discentes egressos beneficiados pela Assistência Estudantil, houve questões relativas ao preparo recebido por eles para o manuseio do dinheiro; à frequência de planejamento de gastos; às dificuldades nessa administração de recursos; entre outras. Para as assistentes sociais, por sua vez, foi utilizado roteiro de entrevista contendo questionamentos sobre sua opinião acerca da interferência da administração dos recursos financeiros no sucesso da política, bem como sobre a contribuição de uma proposta de intervenção de Educação Financeira dispensada aos alunos beneficiários no sucesso da assistência estudantil.

Por fim, e considerando as vivências e percepções dos egressos e das profissionais, desenvolveu-se um produto educacional destinado aos alunos matriculados no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – em especial, àqueles beneficiados pela assistência estudantil –, o qual foi utilizado pelos mesmos egressos abordados anteriormente (aplicação do produto educacional) e por eles analisado em termos de conteúdo e usabilidade. É válido salientar que, apesar de o produto ter um público-alvo específico, ele pode ser utilizado por qualquer indivíduo que anseie por aprender um pouco mais sobre finanças.

O produto elaborado consiste em um material instrucional baseado em uma abordagem metodológica ativa de aprendizagem que enfatiza o papel protagonista do discente, estimulando seu envolvimento direto, participativo e reflexivo por mediação tecnológica, conforme Moran (2018). De acordo com o mesmo autor, é possível e conveniente priorizar a utilização de aplicativos e recursos gratuitos, *on-line*, colaborativos e sociais acompanhados de desafios, atividades, histórias e jogos que estimulem os discentes.

A ferramenta em questão, além de oferecer informações e orientações financeiras aos estudantes, busca estimulá-los a compreender suas próprias questões financeiras e econômicas para além dos auxílios da Assistência Estudantil, trazendo consequências às demais fases de suas vidas. Pretende-se, assim, facilitar a aprendizagem de educação financeira para que os alunos possam utilizar seus recursos com consciência crítica, contribuindo, ainda que indiretamente, para que a política possa atingir seu pleno objetivo de favorecer a trajetória dos alunos vulneráveis socioeconomicamente.

Realizou-se, inicialmente, o levantamento de dados com discentes egressos do Ensino Médio Integrado, beneficiados pelos programas de moradia e/ou transporte, a partir da investigação de duas turmas: uma concluinte no ano 2017 e outra, no ano 2018. A turma concluinte no ano de 2017 consiste em discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, composta por 24 alunos. Desses, 12 receberam auxílio transporte e/ou moradia, o que corresponde a 50% da turma. Já a turma concluinte no ano de 2018 corresponde a 34 alunos do Curso Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio, também integrado ao Ensino Médio. Há, nesse caso, 13 egressos que foram beneficiados pelos referidos programas, correspondendo a aproximadamente 38% da turma. Destarte, a amostra corresponde a 25 egressos beneficiados pela assistência estudantil, tendo todos participado do questionário na fase de coleta de dados. Entre esses sujeitos, 19 (76%) colaboraram na aplicação e avaliação do produto educacional desenvolvido ao final da pesquisa. Somando-se as assistentes sociais, a amostra total compreende 27 sujeitos.

## 4 Resultados e discussão

Na subseção 4.1, discutem-se os achados de pesquisa sobre questões relativas à administração pessoal dos recursos dos estudantes, objetivando identificar a necessidade

da oferta de educação financeira a esses discentes para o manuseio do próprio dinheiro, incluindo os advindos de Assistência Estudantil.

A subseção 4.2, por sua vez, realiza uma apresentação do produto educacional elaborado, com a demonstração de seus recursos, conteúdos e da avaliação da sua aplicação aos discentes egressos beneficiados pela Assistência Estudantil.

#### 4.1 Educação Financeira para discentes beneficiários de Assistência Estudantil

A assistência estudantil do IFPB abrange diversas áreas, sendo alguns programas materializados pela oferta de serviços, e outros, por meio de transferência de uma quantia para a conta bancária do aluno. Esses programas consistem em ajudas de custo nas áreas de transporte, moradia e, mais recentemente, na permanência estudantil (IFPB, 2018).

Compreendendo a relevância da administração correta do dinheiro, solicitou-se as percepções das assistentes sociais quanto à interferência do modo de gerir os recursos próprios por parte dos discentes no êxito da Assistência Estudantil, visto que ambas concordam que essa relação existe. Elas afirmaram que essa interferência ocorre “[...] *principalmente se os recursos ofertados pelos programas não forem utilizados conforme o que se preconiza nos seus objetivos*” (A.S2) e que, “*Na medida em que alguns alunos [...] não administram os recursos repassados da forma certa, isso gera um descontentamento com a política. Em grande parte, nós notamos também que falta o devido acompanhamento por parte da família*” (A.S1).

Com isso, nota-se que a percepção do Serviço Social do *campus* é de que a administração dos recursos pessoais interfere no alcance dos objetivos da política, podendo ser um ponto que favorece o descontentamento do discente com as quantias repassadas pelos programas, se não for realizada de modo correto. Aponta-se, ainda, um não acompanhamento dos familiares na administração desses recursos, o que pode favorecer uma gerência incorreta por parte dos alunos. Os beneficiários podem também, conforme uma das entrevistadas, utilizar o auxílio destinado a determinada despesa para outras finalidades, comprometendo seu orçamento, visto que aquela prioridade específica pode ficar descoberta.

O fato de que o descontentamento do discente com as quantias repassadas por meio dos programas pode estar relacionado à má administração pessoal dos recursos, como abordado pelas profissionais, não fica evidenciado na perspectiva dos discentes egressos, os quais apontam uma insatisfação com a limitação dos valores repassados por meio dos programas, e não com a forma de geri-los. Contudo, compreende-se que a educação financeira, ao prepará-los para lidar corretamente com essas quantias, pode ser um agregador de grande valia para a tomada de decisão relativa a finanças.

Campos, Teixeira e Coutinho (2015) demonstram uma série de objetivos importantes à efetivação da educação financeira, entre eles, a utilização dos recursos de forma consciente e com sabedoria, com a compreensão da importância e das vantagens de planejar e acompanhar o seu orçamento com vistas à organização de uma boa gestão financeira pessoal, o que pode contribuir para a otimização da administração dos recursos da política por parte dos discentes beneficiários.

As assistentes sociais, questionadas sobre se a oferta de educação financeira a esses discentes poderia contribuir para o êxito da assistência estudantil, afirmaram que sim, conforme as falas destacadas a seguir: “*Contribuiria sim, eu acho bem pertinente*” (A.S1) e “[...] *acredito que iria contribuir para que o discente passe a valorizar mais e administrar melhor o recurso ou atendimento recebido. Além de favorecer ainda pra*

*um melhor conhecimento da temática”* (A.S2). Há uma concordância de ambas quanto à relevância da temática para os jovens beneficiários de Assistência Estudantil.

A valorização também de atendimentos recebidos por meio de serviços ofertados pela Assistência Estudantil, apontada na fala da A.S2, é um ponto a ser considerado, dado que o fornecimento de alimentação pelo restaurante estudantil e os atendimentos médico, psicológico e odontológico, entre outros, contribuem para o orçamento discente, uma vez que são ofertados de forma gratuita pela instituição.

Contudo, apesar de haver concordância acerca da importância de trabalhar a temática com os beneficiários da Assistência Estudantil por parte das profissionais, 20 egressos respondentes (80%) afirmaram que não receberam nenhum preparo para o manuseio do recurso advindo da política; 4 (16%) não souberam responder, e apenas 1 (4%) afirmou que recebeu tal preparo. Há, portanto, de acordo com a vivência da maioria dos sujeitos, uma lacuna existente no ambiente escolar quanto à educação financeira, apesar de sua necessidade e importância para esse público.

Andrade e Teixeira (2017), ao analisar o relatório da comissão para definição da classe média no Brasil, relatam que tal relatório utiliza uma avaliação de vulnerabilidade sob a ótica da capacidade de planejar e desenhar o futuro. Conforme os autores, o documento

Argumentou que uma população vulnerável adota estratégias imediatistas; enquanto as famílias com capacidade de imaginar e planejar o futuro, assim como de realizar investimentos e tomar atitudes concretas dirigidas à construção desse futuro, caracterizam o afastamento da zona de vulnerabilidade (Andrade; Teixeira, 2017, p. 524).

Nessa linha de raciocínio, segundo a qual a assistência estudantil, assim como as demais políticas, deve contribuir para o desenvolvimento pessoal visando, inclusive, a um planejamento futuro para possível saída da zona de vulnerabilidade, depreende-se que a educação financeira trabalhada com esses discentes pode colaborar para esse processo, dado que possui potencial de promover uma consciência crítica que permite esse planejamento voltado para o futuro.

É inegável que o planejamento, nesses casos em que, por vezes, falta o essencial para a sobrevivência presente, torna-se complexo. Contudo, a educação integrada – ao propor uma formação humana em que se busca, conforme Ciavatta (2005), a garantia de que o discente possa acessar uma formação completa para leitura do mundo e sua atuação como cidadão, integrando-se dignamente à sociedade, a partir de um conhecimento crítico nas diversas áreas da sociedade – deve, ainda, fornecer subsídios para que o discente compreenda as questões financeiras próprias, bem como o contexto no qual se encontra inserido, proporcionando-lhe conhecimentos básicos de como planejar em longo prazo, assim que sua vida financeira torne essa realidade possível.

Indagou-se, pois, desses discentes egressos sobre a sua percepção referente à forma de gerir o próprio dinheiro: 16 afirmaram ser poupadores (64%); 7, meio-termo (28%); e 2, consumistas (8%). Essa maioria autointitulada como poupadora pode decorrer do fato de que os valores dos auxílios são considerados baixos, quando levados em consideração fatores como o salário mínimo e os valores das passagens de ônibus da região, o que leva o jovem, de certo modo, a poupar, ainda que obrigatoriamente, pois, caso isso não seja feito, não haveria uma suficiência do dinheiro para todo o mês, como afirma um dos participantes da pesquisa: *“Bom, eu sabia que se eu gastasse mais do que podia, o dinheiro não duraria para o mês todo, então eu poupava”* (Eg.08).



Na perspectiva de Teixeira (2016), despertar a consciência crítico-reflexiva desses jovens em relação ao valor do dinheiro é de extrema relevância, dadas as dificuldades para gerir o orçamento pessoal e familiar, em especial quando os recursos financeiros são limitados, como no caso dos valores dos auxílios da assistência estudantil. Conforme o autor anteriormente mencionado, a educação financeira propicia um fortalecimento da democracia, com a formação de valores atitudinais críticos nos cidadãos, alargando, desse modo, os horizontes dos discentes e de suas famílias, com o propósito de os preparar para identificar saídas possíveis em suas tomadas de decisões.

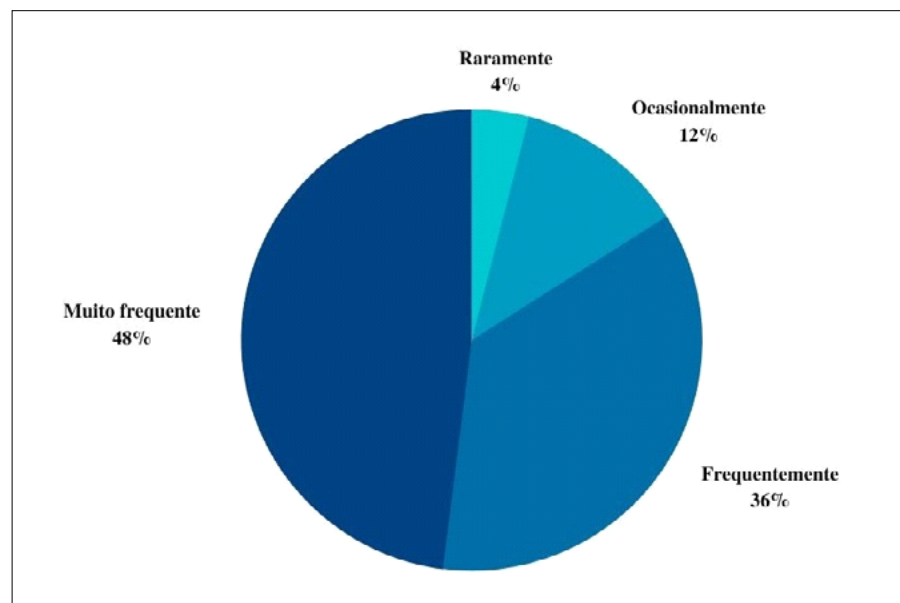
A parcela minoritária dos egressos (8% da amostra) que se autodenominou como consumista, por ser ainda um grupo inserido em classe social menos favorecida e, conseqüentemente, não possuir um poder de compra elevado, não pode ser equiparada a um consumista tal qual uma pessoa de classe abastada seria. Entretanto, o consumismo, nessa parcela da população pobre, pode ser preocupante na medida em que vai muito além de, de fato, consumir:

A experiência do consumismo para quem é pobre é muito mais intensa, e até posso dizer, muito mais cruel. A publicidade influencia de maneira triste quem não pode comprar. A mensagem da mídia e propaganda é clara: “você precisa disso, compre e seja feliz”; se você não pode comprar algo que “precisa”, você nitidamente não será feliz (Miranda, 2017, p. 2).

Ou seja, o fenômeno do consumismo pode ir além do fato de comprar de modo demasiado, envolvendo pessoas que não possuem condições para isso em um conflito de “querer”, “necessitar” e “poder adquirir” por meio de uma rede influenciadora de publicidade. Situações como essas devem ser trabalhadas com os alunos para que estes compreendam o contexto que envolve tais situações e não se tornem vítimas dessa rede influenciadora.

O planejamento de gastos é uma ferramenta indispensável para a boa administração dos recursos próprios, de acordo com a literatura utilizada, pois proporciona o desenvolvimento de uma relação equilibrada com o dinheiro. Com esse entendimento, investigou-se a frequência com que os jovens discentes egressos planejam e organizam suas finanças, obtendo os percentuais expressos no gráfico da Figura 1.

**Figura 1** ▶  
Frequência de planejamento financeiro dos discentes egressos.  
*Fonte: dados da pesquisa*



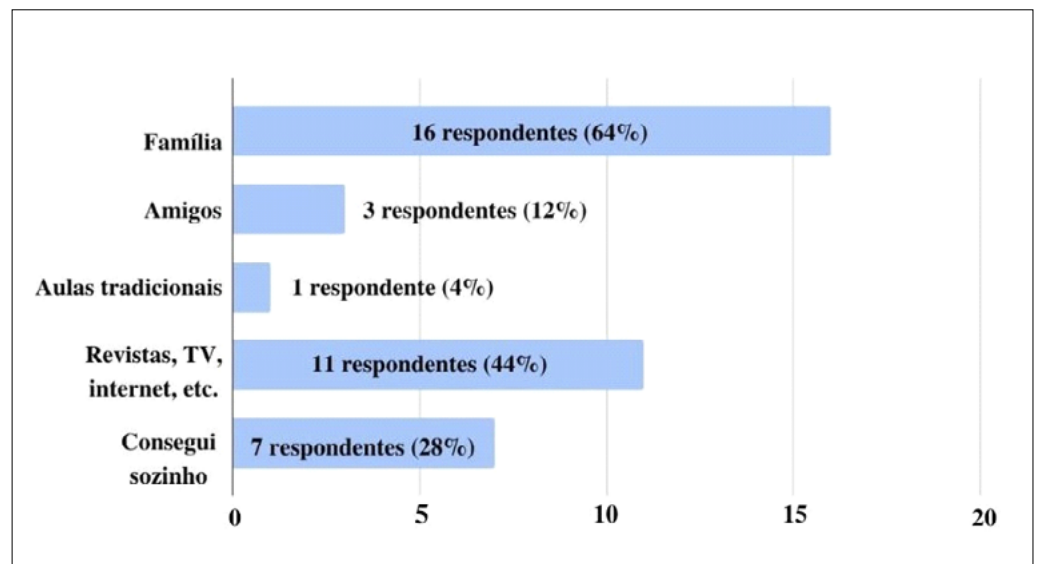
Nota-se, desse modo, que 21 jovens, estimados em 84% da amostra, realizam o planejamento mensal dos gastos de modo frequente; 3 afirmam que o fazem apenas de modo ocasional (12%); e apenas 1 discente egresso revelou que realiza tal planejamento raramente (4%). Conforme o BCB (2013), o orçamento, ferramenta de planejamento financeiro pessoal, contribui para a realização de projetos, na medida em que permite o conhecimento da realidade financeira pessoal e familiar, a escolha de projetos, entre outros aspectos. Nesse ponto, verifica-se a existência de um percentual maior de sujeitos que realizam o planejamento do uso do seu dinheiro, demonstrando uma consciência da importância dele, ainda que se presuma que isso se deva à real necessidade.

O conhecimento de como gerir o dinheiro, assim como os diversos tipos de conhecimentos, pode ser adquirido de inúmeras formas. Questionou-se aos discentes egressos participantes da pesquisa que se autointitulam como poupadores o modo pelo qual adquiriram seus conhecimentos sobre como gerir seu dinheiro; para isso, fez-se uso de uma questão de múltiplas respostas. Obtiveram-se, com isso, as respostas expressas na Figura 2, a seguir.

**Figura 2** ►

Forma de aquisição de conhecimentos sobre a EF pelos discentes egressos.

Fonte: dados da pesquisa



Desse modo, observa-se que 16 discentes egressos (64%) assinalaram a opção que remete a familiares; 11 informam que adquiriram o conhecimento por meio de revistas, TV, internet, rádio ou outros meios (44%); 7 apontam aprendizado autônomo (28%); 3 informam que conseguiram o conhecimento com amigos (12%); e apenas 1 marcou a alternativa de aulas tradicionais (4%). Logo, constata-se uma prevalência de jovens que afirmam ter adquirido o conhecimento para gerir seus recursos próprios por meio da família e de meios alternativos que envolvem tecnologia.

Para Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), a família pode ser considerada como um ambiente ideal para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, sendo nela que os indivíduos encontram referências para o aprendizado, podendo perpetuar modelos transmitidos de geração em geração. Logo, pode-se inferir que há uma influência existente entre os membros familiares, não sendo diferente quando a questão é financeira. Além disso, a socialização por meios de comunicação e amigos também pode influenciar fortemente o desenvolvimento financeiro dos adolescentes (Bowen, 2002).

Ratifica-se, aqui, a lacuna existente no ambiente escolar sobre a educação financeira, a qual acaba por evidenciar um distanciamento dessa temática nas salas de aulas, ficando

esse conhecimento, que é tão necessário para o exercício da cidadania, restrito a outros meios. Entretanto, mesmo que esses meios sejam relevantes, o tema da educação financeira necessita estar presente no ambiente escolar, ainda mais em uma instituição que valoriza uma formação humana integral e omnilateral, como o IFPB.

Quanto às dificuldades que, porventura, esses discentes poderiam ter enfrentado na administração de seus recursos, realizou-se o seguinte questionamento: “Você enfrentou alguma dificuldade em administrar os recursos advindos do programa de assistência estudantil, quando aluno do IFPB?”, questionamento ao qual 21 discentes egressos responderam não ter tido dificuldades (84%), enquanto apenas 4 relataram que sim (16%).

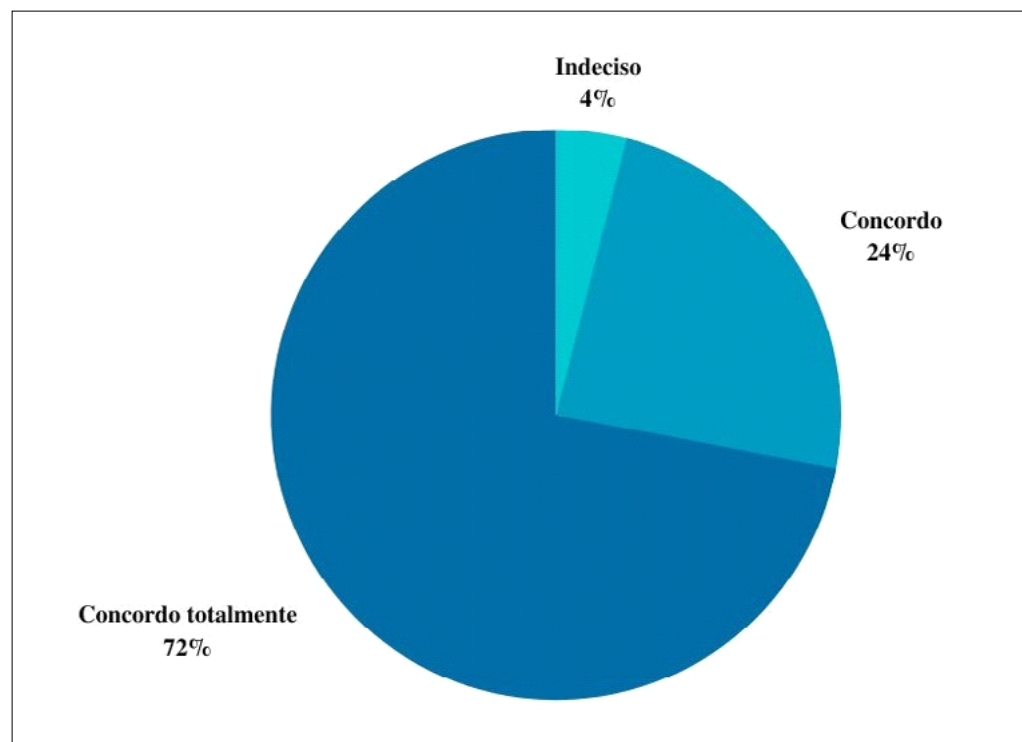
Visando conhecer como os discentes egressos – que, na atualidade, são sujeitos em idade laboral e com formação mínima técnica de nível médio – sentem-se com relação a seu modo de administrar seus recursos pessoais, questionou-se: “Hoje, como você se sente com relação a seus conhecimentos para gerenciar seu dinheiro?”. Com isso, 11 sujeitos (44% da amostra) afirmaram sentir-se muito seguros, 11 razoavelmente seguros (44%), e 3 revelaram sentir-se não muito seguros (12%).

Assim sendo, indagou-se deles quanto às suas visões relativas à contribuição da educação financeira para o auxílio na administração de seus recursos pessoais, incluindo os advindos da Assistência Estudantil. Os resultados obtidos podem ser visualizados na Figura 3.

**Figura 3** ▶

Visão dos egressos sobre a contribuição da EF na administração dos recursos por discentes.

Fonte: dados da pesquisa



Ocorreu, portanto, uma concordância majoritária dos sujeitos quanto à relevância da temática para os discentes do IFPB, tendo 24 dos integrantes da amostra (96%) reconhecido essa importância, enquanto apenas 1 discente (4%) mostrou-se indeciso. Não houve discordância, na percepção deles, quanto à contribuição da educação financeira para a administração de suas finanças, sendo esse fato ainda ressaltado em alguns relatos, como nos seguintes: “*Creio que se os alunos tivessem esse tipo de preparo, até mesmo sobre investimentos seria proveitoso para a saúde financeira dos*

alunos” (Eg.18); “*Acredito que a educação financeira é fundamental para formação humana integral*” (Eg.22); entre outros.

No tocante à abordagem da temática, os discentes egressos afirmaram que seria interessante uma apresentação dos conteúdos de forma intuitiva, lúdica, que levasse em consideração os acontecimentos do cotidiano, aproximando os conhecimentos teóricos de sua realidade prática.

Contudo, o fator “falta de tempo” foi mencionado entre as respostas, indo ao encontro do relato de uma assistente social que ressaltou a existência de sobrecarga de aulas e conteúdos, o que, de certo modo, dificulta a procura dos discentes por conhecimentos e atividades extraclasse.

Tomando isso como base e subsídio para o produto educacional elaborado, optou-se pela construção de um material instrucional ofertado com o auxílio da tecnologia, de modo que os discentes possam acessar o conteúdo na hora e no local que lhes forem mais convenientes.

A educação financeira abordada de modo crítico pode instigar o discente a conscientizar-se quanto aos impactos para a sociedade dos seus atos financeiros. Uma compreensão com olhar abrangente, e não centrado apenas em juros, taxas e produtos financeiros, possui total afinidade com o que é proposto na Educação Profissional e Tecnológica, modalidade essa que defende uma educação voltada a uma formação humana integral, politécnica e emancipadora, pretendendo que o discente, ao concluir seus estudos, tenha capacidade de desenvolver sua cidadania e participação plena na sociedade.

Destarte, pode-se afirmar, a partir dos relatos dos atores sociais envolvidos, que a Educação Financeira poderá contribuir na administração pessoal dos recursos financeiros dos beneficiários da Assistência Estudantil, pretendendo prepará-los para lidar, de modo crítico, com as questões financeiras com as quais venham a se deparar, trazendo, em segundo plano, consequências para a Política de Assistência Estudantil, visto que eles terão condições de tomar decisões acertadas referentes ao uso dos valores obtidos por meio dos programas, bem como para as demais fases de sua vida.

#### 4.2 Produto educacional: “Dá pro gasto!”, descomplicando seu bolso

Constatou-se, após pesquisas em bancos de dados, que não há estudos acadêmicos que relacionem a necessidade de educação financeira aos discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio beneficiários de assistência estudantil, apesar da relevância da temática para um bom gerenciamento dos recursos pessoais, incluindo os provenientes do programa.

Valendo-se de recursos tecnológicos de modo a favorecer e facilitar a aprendizagem da educação financeira, foi desenvolvido um *website* educativo com noções de finanças pessoais destinado aos alunos da Educação Profissional e Tecnológica matriculados no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, em especial àqueles beneficiários da assistência estudantil. Todavia, apesar dessa delimitação de público, a página da *web* permanece aberta a qualquer indivíduo que anseie por aprender um pouco mais sobre finanças, prezando-se pela democracia e socialização do conhecimento produzido e julgando-se o papel das mídias digitais no processo de multiplicação de informação.

O *website* produzido intitula-se “Dá pro gasto!” e possui o *slogan* “Descomplicando o seu bolso”. Dispõe de caráter responsivo, que permite a sua adaptação a qualquer ferramenta que estiver sendo utilizada pelo usuário. Assim, o discente pode acessá-lo por

meio de *smartphones*, *tablets*, *notebooks* ou computadores *desktops*, sendo os conteúdos exibidos da melhor maneira em qualquer dispositivo que esteja sendo utilizado.

O “Dá pro gasto!” busca utilizar situações práticas do dia a dia, demonstrando cenários nos quais a educação financeira se insere, instigando nos leitores reflexões sobre o contexto social, econômico e ambiental, de modo leve e descontraído. Baseou-se, pois, na perspectiva de Moran (2018), que afirma que a aprendizagem ativa mais relevante é a que se relaciona com a vida e projetos do discente, visto que, se este perceber que o que aprende o ajuda a viver melhor de alguma forma, ele tende a se envolver mais.

O material instrucional foi desenvolvido por meio do programa WordPress – Sistema de Gestão de Conteúdo, plataforma de código aberto (*open source*). O *website* permite ao navegante um acesso livre, sem necessidade de cadastro, dispondo de orientações relativas a finanças pessoais por meio de conteúdos e recursos diversificados e organizados em um *layout* intuitivo e de fácil manuseio.

Desse modo, o menu está organizado conforme os níveis expressos no Quadro 1.

**Quadro 1 ▼**

Organização do menu do *website* “Dá pro gasto!”.

Fonte: elaborado pelas autoras

Nível	Subnível	Descrição
Home	-	Direciona o usuário para a página inicial do <i>website</i>
Quem somos	-	Espaço direcionado para melhor apresentação do produto desenvolvido; possui campo para contato por meio do endereço de e-mail
A Assistência Estudantil	-	Página em que há uma rápida demonstração dos objetivos da política, programas ofertados e instrução para inscrição
Assuntos	Lição 1: Você e o dinheiro	Nível no qual as lições estão alocadas. A organização é realizada por tema; no interior de cada nível, há, além de texto e imagens, recursos variados
	Lição 2: Vamos planejar	
	Lição 3: Crédito e dívida	
	Lição 4: Empreendedorismo	
Materiais	Livros	Disponibiliza, para download e/ou utilização/leitura <i>on-line</i> , materiais educativos de livre distribuição
	Cartilhas	
	Planilhas	
	Histórias	
Sugestões	Filmes	Conta com sugestões de materiais complementares para contextualização da temática abordada e/ou aprofundamento dos estudos
	Canais	
	Jogos	
	Livros	
Testes	Quizzes	Nível elaborado visando alocar autotestes e formulário para avaliação da ferramenta <i>website</i>
	Simulado	
	Avaliação	

Os conteúdos ofertados estão organizados por categorias, de modo que o discente, caso não pretenda acessar todos os conteúdos, possa escolher aquele que desejar, conforme o Quadro 1. Contudo, trazem, ainda, uma sequência (expressa e numerada como lições), exposta no Quadro 2, para nortear o discente quanto à ordem lógica.

**Quadro 2 ►**

Ordenamento e objetivos dos conteúdos ofertados no *website* “Dá pro gasto!”.

Fonte: elaborado pelas autoras

<b>Categorias</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivo</b>
1	Assistência estudantil	Proporcionar aos discentes conhecimentos básicos sobre a política de Assistência Estudantil
2	Você e o dinheiro (lição 1)	Proporcionar aos discentes uma compreensão da relação cotidiana com o dinheiro de modo que possam tomar atitudes conscientes na sua utilização
3	Vamos planejar (lição 2)	Demonstrar o orçamento como opção de planejamento financeiro
4	Crédito e dívida (lição 3)	Apresentar ao discente as formas de crédito, conscientizando-o sobre as consequências de sua má utilização
5	Empreendedorismo (lição 4)	Demonstrar ao discente conceitos básicos de empreendedorismo

As referidas lições não objetivam realizar um aprofundamento nos temas debatidos, visto que foram elaboradas visando demonstrar conceitos principais e essenciais de forma leve e objetiva, de modo a cumprir com as sugestões dos sujeitos da pesquisa que relataram uma escassez de tempo para estudar materiais extraescolares.

Assim, buscando tornar o aprendizado dinâmico, o “Dá pro gasto!” conta com diversos recursos pedagógicos e com ferramentas educativas interativas e atraentes, a saber: mapas mentais, *flashcards*, jogos educativos, *quizzes* e simulado.

Os jogos elaborados e disponibilizados no produto educacional atuam como atividades *on-line* que testam os conhecimentos adquiridos nos conteúdos, bem como se constituem como passatempo para que o discente seja envolvido no ambiente virtual.

Em relação aos *quizzes*, eles foram incorporados da plataforma Quizur, sendo eles: Perfil Financeiro; Empreendedorismo; Relacionamento com o dinheiro; e Sustentabilidade. O simulado, por sua vez, possui perguntas referentes aos conteúdos disponibilizados nas páginas de conteúdos do *website*, visando proporcionar ao discente uma forma de autoavaliação de seu processo de aprendizado. O simulado, após sua finalização, demonstra o percentual de erros e acertos, podendo o discente retornar às questões e visualizar as alternativas corretas e as explicações.

O “Dá pro gasto!” dispõe, ainda, de videoaulas incorporadas da plataforma YouTube, elaboradas tanto pela autora quanto por demais sujeitos e docentes da temática, na pretensão de fortalecer o aprendizado dos assuntos postos e de modo a complementar os textos e jogos disponibilizados. Pretende-se que o aluno tenha acesso a conteúdos de variadas formas, podendo, conforme o caso, escolher aquela à qual irá se adaptar melhor.

#### 4.2.1 Aplicação, avaliação e versão final do *website*

Após o desenvolvimento do esboço do produto educacional, prosseguiu-se com sua análise a fim de investigar se ele cumpre sua finalidade de dispensar conhecimentos úteis à vida financeira dos discentes. O site foi, então, aplicado aos discentes egressos que compuseram a amostra na fase de coleta de dados realizada anteriormente. Foi feita uma apresentação do *website* de forma assíncrona nos dias 5 a 18 de abril de 2021, tendo sido socializado o convite em grupos das referidas turmas no aplicativo WhatsApp, com disponibilização de um vídeo explicativo sobre como deveriam proceder para avaliar o produto por meio de um questionário eletrônico.

O questionário contou com duas etapas, tendo a primeira dez questões relativas aos conteúdos ofertados nas lições e na página da assistência estudantil; após essa fase de avaliação do produto, essas questões permaneceram de forma contínua no simulado próprio do *website*. Pretendeu-se, com isso, analisar se os assuntos abordados foram elaborados de uma forma satisfatória para favorecer o ensino e a aprendizagem dos discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Ao fim dessa etapa, houve a disponibilização de 20 questões que abordaram eixos referentes ao *website* em si, na pretensão de analisar se o produto desenvolvido cumpre com os critérios de atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação, como sugere Leite (2019).

Entre os 25 discentes egressos envolvidos na amostra inicial, 19 participaram da aplicação do produto, perfazendo 76% da amostra. A partir dos dados levantados, pôde-se inferir que a maioria dos discentes egressos conseguiu prontamente responder aos questionamentos referentes aos conteúdos, havendo uma maior facilidade em relação à temática da assistência estudantil (Pergunta: Qual o objetivo da Assistência Estudantil?) e maior dificuldade para responder às questões que se referiam ao orçamento doméstico, abordado na Lição 2 (Pergunta: O que é orçamento doméstico?), e ao consumismo, discutido na Lição 1 (Pergunta: Muitas pessoas não percebem que vivem constantemente vigiadas, em especial após a disseminação das redes sociais, por empresas que têm como único objetivo nos tornar consumidores ferrenhos. Identifique a alternativa que condiz com essa afirmação), ambas com três discentes que escolheram alternativas incorretas. Destarte, pode-se depreender que o simulado apontou um aprendizado positivo dos assuntos abordados no produto educacional por parcela significativa dos discentes egressos participantes da aplicação, que não demonstraram grandes dificuldades nas respostas das questões postas.

De acordo com Leite (2019), a validação de materiais educativos deve verificar se os conteúdos são entendidos pelo público-alvo, averiguando se este reconhece o material como sendo destinado a ele, bem como confirmando se a linguagem e o enfoque foram bem aceitos. Leite (2019) sugere eixos investigativos para a validação do produto educacional. Seguindo essa sugestão, os eixos analisados na segunda etapa do questionário dizem respeito à estética e à organização; à estrutura metodológica; aos conteúdos apresentados; às propostas didáticas; e à criticidade do produto educacional, conforme demonstrado adiante.

O eixo que trata sobre a estética e a organização do produto obteve média de satisfação total de 91,23% entre os participantes da aplicação, o que permite concluir que o *website* se apresenta de uma forma satisfatória para os seus leitores, atingindo os critérios de atração e envolvimento, fatores imprescindíveis na elaboração de um material educativo, de acordo com Leite (2019). Apenas 8,76% dos sujeitos indicaram um atendimento de modo parcial, e nenhum deles marcou a opção “não atendido”.

Com relação ao eixo “Estrutura metodológica do *website* Dá pro gasto!”, este atingiu uma média global de 96% para o atendimento pleno do critério investigado, e 3,97% para o atendimento de modo parcial. Não houve apontamentos de não cumprimento. Assim, segundo os participantes da aplicação, o *website* cumpre com o referido critério, possuindo estrutura metodológica satisfatória para a apreensão de conteúdos.

A respeito do eixo que trata sobre os conteúdos apresentados no *website*, todos os participantes concordaram que os conteúdos podem ser facilmente direcionados ao seu público-alvo, discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, tendo grande parcela dos participantes (89,5%) reconhecido ainda que as questões abordadas no produto favorecem a sociedade. Sobre o último questionamento levantado no eixo, apenas 57,9% afirmaram que os conteúdos estudados foram acessados por eles em livros

didáticos, demonstrando, ainda, certo distanciamento da educação financeira em sala de aula, uma vez que oito egressos (42,1%) admitiram que o ponto tratado não foi atendido ou foi atendido de modo parcial.

No que tange ao eixo “Propostas didáticas apresentadas no *website*”, o produto educacional obteve uma média global de 91,23% entre os respondentes para o atendimento pleno dos critérios exigidos; 7,88% para o atendimento de modo parcial e 0,88% para o não cumprimento. Quanto à questão que recebeu um voto de “não atendido”, trata-se da problematização dos assuntos e sua aplicação na sociedade. O *website* procura tratar as lições de finanças com um olhar voltado ao contexto social, ainda que de modo básico; os exemplos que podem ser levantados aqui referem-se à discussão sobre a sociedade de consumo – discussão essa que problematiza a interferência da mídia nos processos pessoais com o intuito de atrair a cada dia mais consumidores –, bem como sobre a questão da sustentabilidade financeira e sua relação com as áreas social e ambiental.

Por fim, investigou-se a criticidade apresentada no *website*, alcançando como resultado 92,1% de aprovação plena dos participantes; 5,3% de aprovação parcial; enquanto 3,97% dos participantes afirmaram que o critério não foi atingido. O *website* foi desenvolvido pensando em apoiar-se sobre uma perspectiva crítica da educação financeira, não se baseando apenas em cálculos, taxas, etc., mas pensando em instigar nos discentes reflexões a respeito de suas decisões financeiras e dos fatores que estão ligados a elas. Contudo, ao ser elaborado pensando em poupar tempo dos discentes matriculados, dado que estes já se encontram atarefados com os conteúdos de sala de aula, conforme relatos colhidos na fase diagnóstica, o *website* não realiza um aprofundamento dessas questões em suas lições, mas disponibiliza e sugere, para tal, materiais de leitura e acesso que podem ser encontrados nas abas “materiais” e “sugestões”.

Cabe ainda demonstrar os comentários realizados por alguns egressos na questão aberta “Você possui algum comentário a fazer sobre o *website* ‘Dá pro gasto!’?”, sendo eles: “*Conteúdo exposto de forma prática e facilmente compreensível*” (Eg.07); “*Muito didático e interativo. Parabéns*” (Eg.11); “*Muito importante ter esse conhecimento desde o ensino fundamental*” (Eg.03). Nas respostas à pergunta em questão, não houve críticas ao produto educacional desenvolvido. Por meio desses comentários, os egressos demonstraram uma satisfação quanto à forma como o conteúdo foi disponibilizado, reconhecendo, ainda, a relevância de trabalhar a temática o quanto antes com os jovens, para que adquiram a competência necessária para tratar de suas finanças.

Para Leite (2019), os produtos educacionais devem não apenas contemplar a eficiência relativa ao ensinar determinado conteúdo, mas também proporcionar uma reflexão sobre uma problemática educacional, fazendo-se necessário, entre outros fatores, observar se tal produto articula saberes acadêmicos com a sociedade, ou seja, se relaciona teoria e prática, perspectiva essa que constitui a essência do “Dá pro gasto!”.

Diante dos resultados obtidos, infere-se que o *website* possui um potencial de ensino satisfatório, visto que os discentes egressos, de modo geral, obtiveram desempenho positivo no simulado dos conteúdos ofertados após acessá-los, tendo julgado o ambiente virtual como pertinente para a educação dos jovens do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. O produto desenvolvido cumpre, portanto, com o objetivo principal de realizar uma demonstração clara, leve, objetiva e prática dos principais conceitos de educação financeira, de modo a contribuir para a formação humana integral desses indivíduos.



Com a análise dos resultados obtidos após a aplicação do produto educacional, notou-se que alguns pontos deveriam ser expressos de forma mais clara para facilitar a compreensão dos seus leitores, apesar de os discentes egressos, de modo geral, terem dado um parecer satisfatório sobre o ambiente virtual. Procedeu-se, para tanto, à revisão das lições, buscando incluir ou alterar textos ou vídeos que pudessem contribuir para o entendimento das lições transmitidas.

Por fim, é válido salientar que não se pretende, com o material desenvolvido, esgotar a temática para os seus jovens leitores, porém, considerando o contexto cultural brasileiro de distanciamento da educação financeira, entende-se que colocar a temática em pauta para os estudantes é um passo relevante para favorecer a conscientização sobre o consumo e a utilização de recursos financeiros, contribuindo, assim, para sua formação humana integral.

## 5 Considerações finais

Este estudo teve como propósito contribuir na vida financeira dos estudantes oriundos de famílias pobres que enfrentam obstáculos em sua trajetória escolar, especialmente devido à desigualdade social presente em nossa sociedade, e que, por esse motivo, necessitam da assistência estudantil para sua permanência escolar.

Os achados da investigação remetem a uma limitação da assistência estudantil orçamentária, em especial para possibilitar, de modo amplo, a permanência estudantil livre de entraves causados por restrições financeiras. Nesse sentido, torna-se imprescindível encorajar os jovens a questionar a realidade, bem como a envolver-se na luta pela melhoria das condições educativas de indivíduos pobres e, de modo mais amplo, pela liberdade das desigualdades sociais, assim como fizeram gerações passadas.

Foi possível evidenciar, a partir dos relatos dos participantes e da literatura utilizada, que a educação financeira se faz necessária para esse público por ir ao encontro dos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica ao tempo em que almeja desenvolver no discente a autonomia, a criticidade, a responsabilidade, preparando-o para o exercício da cidadania. Em outras palavras, corroborando a formação humana integral.

A partir do diagnóstico realizado, encontraram-se subsídios para a construção do produto educacional, o qual consiste em um material instrucional de educação financeira no formato de *website*. O material apresenta conteúdos diversificados e atividades interativas de modo a ampliar o olhar dos discentes sobre suas questões financeiras próprias do cotidiano, bem como sobre o contexto em que se encontram inseridos. O *website* obteve, após avaliação, parecer satisfatório, podendo-se divulgá-lo para os estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, bem como para a comunidade em geral.

Entre as possibilidades de utilização do *website* desenvolvido, ele pode ser utilizado de forma autônoma pelos indivíduos, assim como recomenda-se sua utilização por instituições de ensino, cujos docentes podem explorar seus recursos, atividades e materiais disponibilizando-os em sala de aula, tornando-se o *site*, portanto, rico para o processo de ensino-aprendizagem.

Os achados possibilitaram uma ampliação sobre a temática no campo acadêmico, especialmente por ser o estudo pioneiro ao relacionar os dois fatores: a assistência estudantil e a educação financeira. Por fim, compreende-se que a inserção dessa temática na EPT é de grande valia para os estudantes do Curso Técnico Integrado ao

Ensino Médio assistidos pelas ações e serviços da Assistência Estudantil, em especial por estarem prestes a adentrar no mercado de trabalho, cenário esse que requer a competência de gerenciar seus recursos financeiros de forma consciente.

Entre as opções de continuidade de pesquisa sobre a temática, sugere-se que trabalhos futuros possam aprofundar a temática de educação financeira para discentes beneficiários da Assistência Estudantil em todos os níveis de ensino, com estudos voltados para discentes em curso, podendo-se, inclusive, acompanhar a relação do impacto dos recursos da política e de sua administração pessoal no desempenho estudantil.

## **Financiamento**

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

## **Conflito de interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

## **Declaração do Conselho de Ética**

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB) por meio do parecer de número 4.641.821.

## **Nota**

Este artigo é derivado da dissertação do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1470>.

## **Referências**

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>.

BATISTA, J. P. M. **Educação financeira**: contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/133>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais (conteúdo básico)**. Brasília, DF: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 6 ago. 2022.

BOWEN, C. F. Financial knowledge of teens and their parents. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 13, n. 2, p. 93-101, 2002. Disponível em: <https://pure.psu.edu/en/publications/financial-knowledge-of-teens-and-their-parents>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: exercício 2017**. Brasília, DF: MEC; SETEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/96381-relatorio-anual-analise-dados-indicadores-gestao-2017/file>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório anual de análise dos indicadores de gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: exercício 2018**. Brasília, DF: MEC; SETEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2019-pdf/117321-caderno-de-indicadores-2019-tcu/file>. Acesso em: 6 ago. 2022.

CAMPOS, A. B. **Investigando como a Educação Financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC'S)**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1157>. Acesso em: 6 ago. 2022.

CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. Q. S. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/25671>. Acesso em: 6 ago. 2022.

Clavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>.

GANS, E. B. S.; GANS, J. R. M.; OLIVEIRA, L. T. V.; MOREIRA, P. R.; DALLEDONE FILHO, A. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista da FAE**, v. 1, p. 93-102, 2016. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/407>. Acesso em: 6 ago. 2022.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução nº 16, de 02 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a convalidação da resolução AR nº 25 [...] que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2018. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em: 5 nov. 2018.

LEITE, P. S. C. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. **Campo Abierto. Revista de Educación**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3516/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

LUZ, J. O. C.; SANTOS, M. E. K. L.; JUNGER, A. P. Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino médio na cidade de São Paulo. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 3, p. 199-211, 2020. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2453>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MARONESE, M. C. M. B. Educação financeira: uma necessidade para jovens consumidores. *In*: PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções didático-pedagógicas. Curitiba: SEED/PR, 2016. (Cadernos PDE, v. I). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_mat\\_uel\\_mariadaconceicaomarquesbarradas.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_mat_uel_mariadaconceicaomarquesbarradas.pdf). Acesso em: 6 ago. 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINELLA, J. M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Gestão & Planejamento**, v. 18, n. 1, p. 182-201, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4257>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MIRANDA, K. Pobreza e consumismo. **MILC – Movimento Infância Livre de Consumismo**, 9 nov. 2017. Disponível em: <https://milc.net.br/2017/11/pobreza-e-consumismo>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 2-25.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>. Acesso em: 6 ago. 2022.

SERASA EXPERIAN. **Indicadores econômicos**: inadimplência do consumidor. 2022. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

TEIXEIRA, P. J. M. Educação financeira crítica: questões e considerações. **Revista BOEM**, v. 4, n. 7, p. 163-193, 2016. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/8566>. Acesso em: 6 ago. 2022.